

A IDADE MÉDIA E A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

THE MIDDLE AGES AND THE NEW POLITICAL HISTORY

Marcelo Cândido da Silva¹
Universidade de São Paulo

Resumo: Os estudos sobre as sociedades medievais constituem, já há algumas décadas, uma paisagem em mutação. Eles são o cenário da emergência de novas perspectivas sobre o poder, o parentesco, a paz e a solução de conflitos, mas também sobre as trocas, as relações com os bens, as articulações entre o simbólico e as práticas sociais, etc. As novas perspectivas sobre as sociedades da Alta Idade Média foram construídas a partir de um volume de fontes que permaneceu praticamente o mesmo desde o final do século XIX. Todas essas mudanças não significaram o ocaso da História Política, ao contrário, reforçaram a crença de que o Poder é um fenômeno privilegiado para a compreensão da dinâmica social. Paradoxalmente, esse novo cenário só se tornou possível graças à crise da História, dos paradigmas e dos objetos de estudo tradicionais do historiador. Aliás, seria mais apropriado falarmos em uma crise da "História Científica" e de seus instrumentos teóricos e metodológicos, consagrados em boa parte à genealogia do Estado Nacional. O objetivo deste artigo é discutir os novos enfoques dos historiadores a respeito da história política das sociedades da Alta Idade Média.

Palavras-chave: Nova História Política; Idade Média; Poder.

Abstract: The studies about medieval societies have been a shifting prospect for a few decades already. They are the setting of the emergence of new perspectives on power, kinship, peace and resolution of conflicts, but also on trade, relationship with material goods, bonds between social practices and the symbolic, etc. The new perspectives on Early Middle Ages societies were raised from a number of sources which remained practically the same since the end of the 19th century. Those changes did not mean the twilight of Political History; on the contrary, they reinforced the belief that Power is a privileged phenomenon to the comprehension of social dynamics. Paradoxically, this new setting only became possible thanks to the crisis of History, its paradigms and historians' traditional objects of study. It would actually be more appropriate to speak of a crisis of "Scientific History" and its theoretical and methodological instruments, established in no small part thanks to the genealogy of the National State. The goal of this article is to discuss historians' new foci about the Political History of Early Middle Ages societies.

Keywords: New Political History; Middle Ages; Power.

Recebido em: 18/04/2013

Aprovado em: 04/06/2013

¹ Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: candido@usp.br

Em 2003, poucos meses após ter iniciado minhas atividades como Professor de História Medieval na Universidade de São Paulo, a Revista *Signum* publicou um artigo de minha autoria intitulado “O poder na Idade Média entre a ‘história política’ e a ‘antropologia’”. Tratava-se de uma reflexão sobre as transformações da história política da Idade Média, tendo em vista as contribuições da Antropologia e as novas abordagens sobre o poder. Com o passar do tempo, é comum nos distanciarmos daquilo que escrevemos e, por vezes, até sentir certa estranheza diante da leitura de algumas frases, parágrafos ou mesmo páginas inteiras. Sem descer às minúcias daquilo que me separa do que escrevi nesta mesma revista oito anos atrás, gostaria de evocar três problemas principais. Em primeiro lugar, creio ter subestimado o alcance das transformações em curso, já naquela época, no campo dos estudos medievais. O texto havia sido iniciado durante o meu doutoramento e ele reflete, em boa medida, o ponto de vista de um jovem pesquisador com pouca experiência profissional e pouco habituado a temáticas outras que aquelas abordadas na Tese. Além do mais, havia naquele artigo uma tendência a reduzir a história política à história das instituições, como se o poder não se manifestasse através das relações sociais, e como se essas relações não constituíssem o cerne daquilo que chamamos de “instituições”. Por último, é paradoxal que um artigo que se pretendia como uma defesa da história política termine com uma nota de pessimismo (ou simplesmente um erro de avaliação): a história política não poderia reivindicar para si a hegemonia no campo da interpretação, onde ela seria apenas uma “recém-chegada”. Essa constatação equivale a reduzir toda a história política anterior à segunda metade do século XX àquilo que os seus críticos afirmavam que ela era, ou seja, um simples instrumento de construção de narrativas episódicas².

É possível que a visão crítica que apresento aqui seja motivada por um olhar retrospectivo e pelo impacto que as mudanças ocorridas desde 2003 provocaram em minha avaliação daquele período. Ainda assim, o exercício que consiste em colocar permanentemente em xeque aquilo que escrevemos não é inútil, longe disso. Além do mais, como salientou a Professora Maria Filomena Coelho na conferência de encerramento do evento “Fontes medievais: construções e métodos”,

² Há inúmeros exemplos que mostram o contrário. Para ficar em apenas um, poder-se-ia mencionar C. Petit-Dutaillis, que em seu livro *La monarchie féodale en France et en Angleterre*, publicado em 1933, mostrou como a monarquia se conservou e se desenvolveu, na França e na Inglaterra, numa época em que a reorganização da sociedade política nas formas senhoriais e feudais parecia condená-la a desaparecer. Um belo exemplo da capacidade analítica dessa “historiografia tradicional” [*La monarchie féodale en France et en Angleterre (Xe-XIIIe siècle)*]. Paris: Albin Michel, 1933].

no dia 27 de março de 2013, é preciso refletir em permanência sobre o sentido daquilo que fazemos. Uma reflexão que não deve se ater simplesmente a nosso objeto imediato de pesquisa, mas que contemple de um modo mais amplo os sentidos teóricos e metodológicos do fazer história. Nesse sentido, a multiplicação de artigos ao longo dos últimos anos sobre os estudos medievais no Brasil pode ser lida como um sintoma da maturidade que a nossa área alcançou. No Brasil, o fortalecimento e a institucionalização da ABREM e da SIGNUM, o aumento do número de eventos na área de estudos medievais, a multiplicação de laboratórios e a criação de redes de grupos de pesquisa, são o aspecto mais visível de uma intensa transformação, que deve muito à própria expansão das universidades públicas. Há outro aspecto dessa mudança, os novos enfoques dos historiadores a respeito dos temas da História Medieval. É o que buscarei apontar aqui. Não se trata, portanto, de uma análise da trajetória da área de História Medieval no Brasil, e sim de uma abordagem que leva em conta os novos objetos da história política das sociedades da Alta Idade Média. Para tudo o que se refere às transformações institucionais da nossa área, remeto ao artigo da Professora Néri de Barros Almeida, publicado na coletânea *Pourquoi étudier le Moyen Âge au XXIe siècle*³.

Os estudos sobre as sociedades medievais constituem, já há algumas décadas, uma paisagem em mutação. Eles são o cenário da emergência de novas perspectivas sobre o poder, o parentesco, a paz e a solução de conflitos, mas também sobre as trocas, as relações com os bens, as articulações entre o simbólico e as práticas sociais, etc. As descobertas, desde o final do século XIX, de alguns textos fiscais (as contas do Monastério de Tours, uma nova versão do Político de São Remígio de Reims, etc.), e também de necrópoles e de “túmulos de chefes”, não podem por si só explicar essa mutação, no que se refere aos primeiros séculos da Idade Média. As novas perspectivas sobre as sociedades da Alta Idade Média foram construídas a partir de um volume de fontes que permaneceu praticamente o mesmo desde o final do século XIX. É a própria relação dos historiadores com as fontes já existentes que passou por transformações significativas. Seria um equívoco, aliás, definir esse movimento como um “retorno às fontes”, pois estas últimas também não passaram incólumes em face dessa grande transformação. Não

³ ALMEIDA, N. “L’histoire médiévale au Brésil: du parcours solitaire à l’inclusion dans le champ des sciences humaines”, In: ALMEIDA, N., CÂNDIDO DA SILVA, M., D. MÉHU, *Pourquoi étudier le Moyen Âge? Les médiévistes face aux usages sociaux du passé*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012, p. 125-143.

há nenhuma “revanche tardia” do empirismo. Os materiais disponíveis (as grandes coleções de documentos editadas no século XIX, os manuscritos ou os vestígios da cultura material) foram reconsiderados, desconstruídos e reconstruídos⁴, e o próprio termo “fontes” foi colocado em xeque⁵.

Essa intensa renovação engloba tanto os textos escritos quanto os elementos da cultura material. Os dados arqueológicos, ao invés de pressupostos, são considerados materiais sujeitos a interpretações que se abrem para horizontes até então desconsiderados por historiadores e arqueólogos. As questões a partir das quais esses materiais são interrogados hoje diferem igualmente daquelas formuladas até o segundo pós-guerra: a amizade, a inimizade⁶, a competição⁷, as emoções⁸, a psicologia social⁹ são alguns dos enfoques hoje privilegiados.

Seria um exagero caracterizar essa mutação como um movimento que fez tabula rasa do passado. Reconhece-se hoje que mesmo trabalhos pioneiros no campo dos estudos medievais no século XX, como *Os Reis Taumaturgos* ou *A Sociedade Feudal*, ambos de M. Bloch, devem bastante à tradição historiográfica anterior¹⁰. A expressão “Nova História” expressa uma vontade de ruptura muito maior no plano institucional do que uma real eliminação da herança anterior. Todavia, a afirmação de uma ruptura foi mais o fato de comentadores contemporâneos (como

⁴ Cf. HALSALL, G. “The sources and their interpretation”, In: *The New Cambridge Medieval History*, v. 1, c.500-c.700, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 56-90; ver também, “Desconstrucionismo e construcionismo nas fontes da Alta Idade Média”, conferência de Régine Le Jan no Colóquio Internacional Os medievalistas e suas fontes: a Alta Idade Média, organizado pelo Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e pelo Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris (LAMOP) em São Paulo, nos dias 7, 8 e 9 de Abril de 2009 [no prelo].

⁵ Sobre a crítica ao termo “fontes”, ver MORSEL, J. “Les sources sont-elles le pain de l’historien?”, *Hypothèses* 2003. Travaux de l’École Doctorale d’Histoire de l’Université Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris, 2004, p. 263-586; ver também, KUCHENBUCH, L. Sources ou documents? Contributions à l’histoire d’une évidence méthodologique, *Hypothèses* 2003, p. 287-315.

⁶ Régine Le Jan prepara atualmente um livro sobre “amizade” e “ódio” nas sociedades da Alta Idade Média (séculos VI-XI).

⁷ BARAY, L., BRUN, P., TESTART, A., “Dépôts funéraires et hiérarchies sociales aux âges du fer en Europe occidentale: aspects idéologiques et socio-économiques”, In: *Pratiques funéraires et sociétés Nouvelles approches en archéologie et en anthropologie sociale*, Dijon, 2007, p. 169-189 (Collection Art, Archéologie et patrimoine).

⁸ ROSENWEIN, B. (ed.), *Anger’s Past: The social uses of an Emotion in the Middle Ages*, Ithaca, Cornell University Press, 1998.

⁹ HALSALL G., *Settlement and Social organisation in the Merovingian region of Metz*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

¹⁰ Sobre a visão de M. Bloch acerca de N.D. Fustel de Coulanges, há o livro de F. Hartog, *Le XIXe siècle et les historiens*. Le cas Fustel de Coulanges (Paris, Ed. du Seuil, 2001, p. 212-215).

por exemplo, Peter Burke) do que uma reivindicação desses historiadores que conheciam bem o peso da tradição anterior em seus próprios trabalhos. Apesar das intensas mudanças na paisagem dos estudos medievais, o “Linguistic Turn”, o “Performatif Turn”, e mesmo a “Gender History”, tiveram um apelo limitado entre os medievalistas (pelo menos na Europa Ocidental, no Japão e na América Latina).

Todas essas mudanças não significaram o ocaso da História Política, ao contrário, reforçaram a crença de que o Poder é um fenômeno privilegiado para a compreensão da dinâmica social. Paradoxalmente, esse novo cenário só se tornou possível graças à crise da História, dos paradigmas e dos objetos de estudo tradicionais do historiador. Aliás, seria mais apropriado falarmos em uma crise da “História Científica” e de seus instrumentos teóricos e metodológicos, consagrados em boa parte à genealogia do Estado Nacional. Inicialmente visível através das críticas dirigidas pelos historiadores dos *Annales* à História Política - cujas narrativas lineares seriam incapazes de penetrar as camadas mais profundas da história das sociedades -, a crise do modo de fazer História consagrado pelo século XIX é hoje palpável na re-leitura das grandes edições de documentos: a *Patrologia Latina*, o *Corpus Christianorum* e, sobretudo, os *Monumenta Germaniae Historica*. Uma das mais importantes edições de documentos dos séculos V-XV, os *Monumenta Germaniae Historica* (MGH) constituem uma parte importante do projeto de retorno à Idade Média e às raízes da nação alemã, desenvolvido desde a primeira metade do século XIX no Reino da Baviera. O lema da coleção (“*Sanctus amor patriae dat animum*”) foi interpretado algumas vezes como uma prova do patriotismo associado ao projeto. Esta não é a opinião de H. Fuhrmann, para quem a fórmula expressa a convicção de que o espírito que age o faz em nome do povo e da pátria, e que apenas o reforço desse espírito permite a obtenção de resultados¹¹. Os historiadores são mais atentos hoje em dia aos critérios de escolha de manuscritos que presidiram a construção dessas grandes coleções, e que conduziram, por exemplo, ao descarte de certas vidas de santos, panegíricos e poemas (no caso dos MGH), sob o pretexto de que se tratavam de textos menos confiáveis do que as crônicas e as histórias.

Ainda que a leitura crítica dessas edições não seja um fenômeno recente, ela se resumia, pelo menos até os anos 1970, às questões de erudição. Em 1925, por

¹¹ FUHRMANN, H. *Les premières décennies des Monumenta Germaniae Historica*. Francia 21/1, 1994, p. 175-180. Sobre a história dos M.G.H., ver KNOWLES, D. *Great Historical Enterprises*.

exemplo, F. Lot mostrou que o texto identificado por A. Borétius e A. Krause como o primeiro capitular de Carlos Magno era uma falsificação¹². F.L. Ganshof, por sua vez, afirmou que a edição dos capitulares deixava a desejar, tanto do ponto de vista da crítica textual quanto do ponto de vista da história do direito: o aparato crítico seria inadequado, além de não estar fundado em uma classificação metódica dos elementos da tradição manuscrita¹³.

A crítica contemporânea, por outro lado, reconheceu que os editores dos MGH fizeram mais do que simplesmente um trabalho de erudição, privilegiando certas famílias de manuscritos em detrimento de outras, reconstruindo alguns manuscritos a partir da supressão deliberada das diferenças entre as suas diferentes famílias. Essa crítica foi acompanhada de um movimento de “redescoberta” dos manuscritos e de seus elementos figurativos e paleográficos, geralmente apagados durante o processo de edição. Um bom exemplo desse retorno aos manuscritos é o livro *Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*¹⁴, organizado por M. Zerner e resultado do seminário “Heresia, estratégia de escrita e instituição eclesial”, acontecido em Nice de 1993 a 1995, e de uma mesa-redonda que se seguiu, em 1996. Os autores optaram por retornar aos textos, narrativos, normativos e polêmicos escritos antes da criação dos tribunais da Inquisição¹⁵. Antes considerados unicamente do ponto de vista da erudição que as engendrou, as edições de textos da Idade Média constituem hoje também um objeto de análise historiográfica¹⁶.

Por outro lado, as palavras que fizeram a fortuna da reflexão historiográfica desde o século XIX, seja para definir o que seria a “realidade” dos poderes e das sociedades da Alta Idade Média - “patrimonialização”, “irracionalidade”,

¹² LOT, F. *Le premier capitulaire de Charlemagne*. École Pratique des Hautes Études. Annuaire, 1924-1925.

¹³ GANSHOF, F-L., *Recherches sur les capitulaires*, p. 8.

¹⁴ Campinas: LEME/Ed. UNICAMP, 2010.

¹⁵ Poderíamos citar também o artigo de C. Lauranson-Rosaz sobre o *Liber Legis Doctorum* de Clermont (LAURANSON-ROSAZ, C. *Le Bréviaire d'Alaric en Auvergne: le Liber Doctorum de Clermont* (ms. 201, anc. 175) de la B.M.I.U. de Clermont-Ferrand”, In: ROUCHE, M., DUMÉZIL, B., *Le Bréviaire d'Alaric. Aux origines du Code Civil*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2008, p. 241-276).

¹⁶ BERGER, S. "Introduction: Towards a Global History of National Historiographies", In: *Writing the Nation. A Global Perspective*, p. 1-29; do mesmo autor, "The Power of National Past: Writing National History in Nineteenth- and Twentieth- Century Europe", In: *Writing the Nation. A Global Perspective*, p. 30-62.

“violência endêmica” - seja para ressaltar os elementos que seriam ausentes - “Estado”, “racionalidade”, “estado de direito” - foram colocadas em xeque. Os binômios sobre os quais se fundavam as abordagens sobre esse período (público/privado, racional/irracional, clérigo/laico, sagrado/profano, Estado/Igreja, paz/violência) parecem igualmente incapazes de dar conta da complexidade de um mundo que não é mais possível resumir através da fórmula “sociedade tradicional”. Tomemos alguns exemplos: fenômeno durante muito tempo considerado como a expressão do irracional no procedimento judiciário, os ordálios foram reavaliados e integrados à compreensão do funcionamento das relações sociais¹⁷. É um equívoco pensar que os ordálios da Alta Idade Média constituíam uma prática “irracional” ou tributária de práticas germânicas ancestrais. Eles se inscreviam em uma lógica da resolução de conflitos que nada devia a supostas reminiscências pagãs. Os ordálios não constituíam desvios acidentais da fé cristã: eles eram parte integrante da religião da Alta Idade Média. A cristianização dos ordálios não era uma simples questão de “embalagem”: ela se estendia ao centro dessas práticas. Os rituais ordálicos estavam repletos de referências ao Antigo Testamento, no qual Deus ajuda o homem justo e derruba os seus inimigos¹⁸.

M. De Jong, em sua reflexão sobre a penitência, mostrou que a palavra “privado” é pouco apropriada para a Alta Idade Média, período no qual a categoria correspondente de “público” seria o “oculto”¹⁹. Os trabalhos sobre as soluções de controvérsias mostraram que a oposição entre “paz” e “violência” não é tão radical quanto se pensou: a violência interpessoal, mais precisamente a vingança, é um dos instrumentos legitimamente reconhecidos pela autoridade pública (em maior grau na época merovíngia do que na época carolíngia) para a realização da paz. Além disso, o estudo do consenso e dos conflitos mostrou que o fenômeno da dominação nas sociedades da Alta Idade Média vai além do uso de constrangimentos físicos ou da ameaça de destruição e aniquilamento: o emprego calculado da força, e também as estratégias de negociação e de pacificação, estão no coração

¹⁷ Ver COLMAN, R. *Reason and unreason in early medieval law*. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 4, 1974, p. 571-91.

¹⁸ BARTHÉLEMY, D. “Ordalies”, In: GAUVARD, C., ZINK, M., LIBERA, A., *Dictionnaire du Moyen Âge*, Paris, PUF, 2002, p. 1021.

¹⁹ JONG, M., *The Penitential State: Authority and Atonement in the Age of Louis the Pious, 814-840*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

das relações políticas nos reinos bárbaros²⁰.

Da mesma forma, a distinção entre “Igreja” e “Estado” aparece hoje como uma criação de polemistas gregorianos que fazia pouco ou nenhum sentido antes do século XII. É não apenas difícil, mas contraproducente, analisar as sociedades da Alta Idade Média do ponto de vista dessa dicotomia. A “Igreja” em Gregório de Tours, por exemplo, não se opõe a qualquer noção de “Estado” ou de “Autoridade Pública”, mas aos pecadores, aos heréticos, etc. A concepção do ministério real, nascida na época merovíngia, mas desenvolvida em sua plenitude ao longo do século IX, coloca o governante como responsável perante Deus pela salvação dos seus súditos. Na realização dessa tarefa, Igreja e Estado não são categorias distintas, muito embora clérigos e laicos, sim. Um bom exemplo da inadequação do binômio ideal/realidade é o artigo *Perceptions of Justice in western Europe in the ninth and tenth centuries*, de R. McKitterick. A autora propôs como objetivo explorar as práticas de justiça e suas idealizações bíblicas não como duas esferas distintas, mas em suas inter-relações. Sintomático nesse sentido é a referência que ela faz ao Manual de Dhuoda: o texto, que uma aristocrata da segunda metade do século IX dedica ao seu filho para sua formação, mostra a mesma concepção moralizante da justiça que podemos identificar nos textos normativos do período²¹.

A retórica dos textos e as questões formais por eles suscitadas não são mais o monopólio da análise literária. De um modo geral, os historiadores se tornaram mais sensíveis à possibilidade de utilização dos textos literários e dos mecanismos retóricos para o estudo do poder e da sociedade. Os estudos sobre as “emoções” têm desempenhado papel importante na reconsideração das relações entre *topos* retórico e pesquisa histórica. Segundo Barbara Rosenwein, uma das maiores expoentes dessa corrente analítica:

... the representation of emotional standards is itself a social product [...] the existence of *topoi* need not deter the historian of emotion [...] If emotions figure in those documents (and even if they do not) we have right to ask what

²⁰ “Merovingian Francia, we now realize, worked by consensus; the Carolingians, far from forging a state, were forever negotiating to stay in power; and the ‘feudal anarchy’ of the post-Carolingian period worked through informal mechanisms of dispute resolution” (ROSENWEIN, B. Writing without fear about early medieval emotions. *Early Medieval Europe*. v. 10, n.2, 2001., p. 229-234). Ver também, WOOD, I. Kings, kingdoms and consent. In: SAWYER, P. WOOD, I. (ed.), *Early Medieval Kingship*, pp. 3-29.

²¹ MCKITTERICK, R. Perceptions of Justice in western Europe in the ninth and tenth centuries. In: *La Giustizia nell’Alto Medioevo (Secoli IX-XI)*, Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull’Alto medioevo, 1995, pp.1075-1102.

emotional structures are revealed by them in their proper context, taking into account all we can about the linguistic, social, economic, intellectual and political processes and structures that make up that context, while not reflecting the audience and the range of ways in which it might have received the texts in question.²²

O *topos* retórico parece cumprir uma função que não se esgota no interior do texto. Como mostrou Peter Dronke:

... a distinctive use of a *topos* can itself constitute individuality within a tradition; and further, that it is the function of the *topos* in context, rather than its topicality, which repays study: 'analytic study must constantly be accompanied and complemented by integrative and contextual understanding; the first is accurate only in so far as the second is sensitive.'²³

Os historiadores estão hoje mais atentos à dimensão literária das leis, das crônicas, das histórias. T. Andersson afirma, por exemplo, que o recurso às leis constitui um antídoto à raridade de informações contidas no Livro de Leis (Grágás); ele lembra também que os historiadores do direito, ainda que façam referência às sagas, concentram seu interesse nas questões de procedimento judiciário, negligenciando assim as implicações dos textos literários para o estudo das concepções de justiça; a partir do estudo das sagas, seria possível identificar claramente a natureza do roubo como um crime de honra: a palavra "roubo" é utilizada somente nos casos em que havia uma apropriação oculta dos bens²⁴. É a própria distinção entre "textos normativos", por um lado, e "textos narrativos", por outro,

²² ROSENWEIN, B. Writing without fear about early medieval emotions, *Early Medieval Europe*, p. 232-233].

²³ DRONKE, P. Poetic Individuality in the Middle Ages, p. 11-12 apud. GARRISSON, M., The study of emotions in early medieval history. *Early Medieval Europe*. v.10, n.2, 2001 p.246]. Segundo M. Garrisson: "A first step will be to reject the widespread notion that dismisses *topoi* in medieval texts as by definition antithetical to the expression and communication of genuine feelings" (The study of emotions in early medieval history, *Early Medieval Europe*. v.10, n.2, 2001 p. 245).

²⁴ "The law-books tell us about procedures, not emotions. The sagas perform a different service – they mirror public opinion. It is clear that in the hierarchy of public animosity, theft in Iceland occupied an unenviable position and was considered to be particularly distasteful. The thief was characteristically lowborn, often a foreigner or otherwise estranged from the community. Theft was not infrequently connected with sorcery, another crime regarded as particularly contemptible... Accusations of theft invite extreme reactions on the part of those accused and result almost always in bloody reprisals" ANDERSSON, T. The Thief in Beowulf. *Speculum*, v.59, 1984, p. 496-497.

que é colocada em xeque. Se os historiadores levam em consideração as dimensões normativas das crônicas e das histórias, eles se tornaram também mais pessimistas em face da ideia de que esses textos constituem descrições fiéis do “real”. As narrativas históricas ou as leis não são mais consideradas como reflexos da realidade social, ainda que essa realidade seja uma das referências na elaboração desses textos²⁵. Mas somente uma das referências, ao lado das idealizações políticas, da construção da memória e das identidades, dos imperativos ideológicos ou dos imperativos de transformação social. G. Bühner-Thierry mostrou, por exemplo, que a constituição das coleções canônicas não levava em conta somente as questões de direito, mas também os conflitos políticos entre as diversas facções episcopais²⁶.

Tornou-se um lugar comum dizer que a história política foi criticada e destronada pelos historiadores dos Annales. Todavia, os estudos sobre as elites, os poderes locais, o espaço político, a diplomacia, a solução de controvérsias, nunca foram tão dinâmicos e atuais. É particularmente interessante o caso da diplomacia, que alguns consideravam como um tema superado, e que hoje retorna com vigor, seja através de estudos sobre as epístolas, seja através de investigações a respeito das técnicas e dos ritos da atividade diplomática. Mais importante ainda, o campo de estudos do poder estendeu-se a domínios inesperados ou nada familiares à história política até então: os funerais²⁷, os sentimentos²⁸, a amizade, a inimizade, o parentesco, a psicologia familiar²⁹. Essa “Nova História Política” não enxerga o poder apenas como uma forma de controle sobre homens ou sobre estruturas. Uma nova variável começa a integrar o horizonte das reflexões sobre o poder: o acúmulo

²⁵ É o que podemos observar a partir dos estudos de P. Wormald sobre a *Lex Salica (Lex Scripta and Verbum Regis: legislation and Germanic kingship, from Euric to Cnut*, In: SAWYER, P. H., WOOD, I. N. (ed.), *Early Medieval Kingship*, Leeds, 1977, p. 105-138), ou ainda, de M. Heinzelmann sobre a obra historiográfica de Gregório de Tours (HEINZELMANN, M. *Gregory of Tours: History and Society in the Sixth Century*, Cambridge, 2001).

²⁶ BÜHRER-THIERRY, G. *Évêques et pouvoir dans le royaume de Germanie. Les Églises de Bavière et de Souabe (876-973)*.

²⁷ TESTART, A., *Enjeux et difficultés d’une archéologie sociale du funéraire*, In: *Pratiques funéraires et sociétés*, p. 9-13; do mesmo autor, *Deux politiques funéraires: dépôt ou distribution*, In: *Archéologie des pratiques funéraires: approche critique*, p. 303-310; G. Halsall, *Settlement and Social Organization: The Merovingian region of Metz*.

²⁸ ROSENWEIN, B. (ed.), *Anger’s Past: The social uses of an Emotion in the Middle Ages*.

²⁹ ROSENWEIN, B. *Emotional Communities and the Body* (<http://www.kcl.ac.uk/content/1/c6/02/04/95/LondonEmtheBody.pdf>).

de bens, materiais ou não³⁰. A compreensão do funcionamento do poder tornou-se tributária do estudo da administração e da distribuição desses bens. É o que mostraram os trabalhos sobre as transferências patrimoniais na Alta Idade Média. Por outro lado, se há ainda algumas questões sobre a Alta Idade Média que não foram suficientemente exploradas pelos historiadores, como, por exemplo, a articulação entre o simbólico e o conjunto da vida social³¹, talvez seja porque nos últimos anos os historiadores se concentraram exclusivamente nos sujeitos como produtores do simbólico. A contribuição da antropologia é decisiva para que os historiadores passem a considerar que as relações entre os sujeitos não são os únicos meios a partir dos quais são produzidos os símbolos que compõem o edifício social. As relações entre os homens e as coisas, ou melhor, entre os sujeitos e os bens, são também produtoras de símbolos e de sentidos que constroem a sociedade. É esse terreno que a História Política tem buscado explorar.

³⁰ Poderíamos citar notadamente a pesquisa coletiva sobre a competição na Alta Idade Média, lançada em 2010 por medievalistas franceses, alemães, italianos e ingleses (<http://www.medieval-competition.eu/>).

³¹ LE JAN, R. *Femmes, pouvoir et société*, p. 13. S. Airlie tem uma opinião semelhante quanto aos problemas da articulação entre o simbólico e as práticas sociais: "Thus the good news for historians, that a historical approach to all forms of social experience and values is both appropriate and necessary, is balanced by the bad news that the recapturing of that experience is bound up with all sorts of problems of representation" (AIRLIE, S. *The history of emotions and emotional history*, p. 235).